

KAROLINE APARECIDA DE OLIVEIRA

**A construção do discurso da razoabilidade democrática na defesa da  
descriminalização do aborto: análise discursiva de uma audiência pública no  
STF**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Letras Português  
e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus Chapecó*, como requisito parcial para  
aprovação no CCR Trabalho de Conclusão de Curso II.

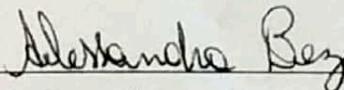
Orientadora prof. Dr. Eric Duarte Ferreira

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:  
09/07/2019.

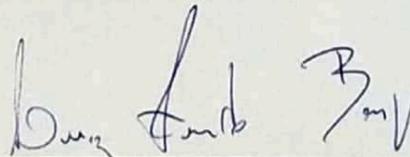


BANCA EXAMINADORA \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Eric Duarte Ferreira (UFFS)



Prof.ª Dra. Alessandra da Silveira Bez  
(UFFS)



Prof. Me. Luiz Barp (UFSC)

# A construção do discurso da razoabilidade democrática na defesa da descriminalização do aborto: análise discursiva de uma audiência pública no STF<sup>1</sup>

Karoline Aparecida de Oliveira<sup>2</sup>

karolinedeoliveira11@gmail.com

**RESUMO:** A presente pesquisa busca analisar o funcionamento do discurso da razoabilidade democrática presente na fala da pesquisadora Dra. Débora Diniz, proferida no dia três de agosto de dois mil e dezoito, em audiência no Supremo Tribunal Federal - STF. Este trabalho considera que o discurso é a palavra em movimento, é o adentrar, através do ato de dizer, em um mundo de infinitas possibilidades simbólicas e consequentemente ideológicas, é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia. Para a análise do discurso interessa compreender como a língua produz sentidos por/para sujeitos e como através do discurso o sujeito se constitui e se estabelece socialmente. Tendo isso em vista analisamos as condições de aparecimento das imagens ativadas no discurso da pesquisadora, observando como se dá a construção de uma razoabilidade que se quer democrática presente nos elementos discursivos contidos no discurso em questão. Levando em consideração que o sujeito é interpelado pelo discurso, Débora Diniz se coloca como cientista no ato da fala, assim os resultados da análise apontam para a cientificidade como uma forma democrática de se debater a ADPF442<sup>3</sup>, uma vez em que não basta apenas ocupar o lugar de cientista, há que se fazer ciência e é se fazendo ciência, se colocando enquanto sujeito cientista no debate que as teses e argumentos apresentados ganham veracidade, construindo assim a ideia da razoabilidade democrática.

**PALAVRAS-CHAVE:** ADPF442; razoabilidade democrática; descriminalização do aborto; discurso; cientificidade.

## Introdução

A língua não é apenas um código a ser decodificado, diz respeito ao estar em um mundo em que sentidos são atribuídos às coisas. Enuncia-se algo a partir da língua e de sua inserção no contexto histórico e para dizer algo faz-se uso da interpretação, nesse sentido, a diferença de uma linguagem humana para a linguagem de um animal é que além de

---

<sup>1</sup>Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol - Licenciatura na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó, como requisito parcial para aprovação no Componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso II. Orientador Prof.º Dr. Eric Duarte Ferreira.

<sup>2</sup> Estudante da 9ª fase do Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol - Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó.

<sup>3</sup> Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF, com pedido de medida liminar, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, em face de alegada controvérsia constitucional relevante acerca da recepção dos artigos 124 e 126 do Decreto-lei nº 2.848/1940 (Código Penal), que instituem a criminalização da interrupção voluntária da gravidez (aborto), pela ordem normativa constitucional vigente.

codificarmos e decodificarmos um código linguístico, nós o interpretamos. O discurso é um mecanismo fundador de memória, é volátil e depende sempre de interpretações: determinado acontecimento sendo visto por determinada interpretação, “apaga” outras interpretações que poderiam ter sido incluídas na memória, sujeita a reinterpretações. É a palavra em movimento, é o uso da língua dentro de concepções adotadas, pois, a memória pressuposta pelo e no discurso é sempre reconstruída na enunciação, pois, coloca a língua em funcionamento por um ato individual de utilização (BENVENISTE, 1999). Assim, através do discurso, é determinada ao longo da história as práticas sociais, nas quais reproduzem ideologias que acabam por configurar-se como constituição de sentidos ao se estabelecer uma posição no momento da materialidade do discurso.

Assim, conforme a simbologia elencada pelas imagens presentes no discurso é necessário nortear essa questão (da eficácia simbólica da imagem), levando em consideração, segundo José Horta Nunes (1999), a memória analisada em sua materialidade complexa. A materialidade complexa da memória, com ênfase para a relação do texto com a imagem (texto não verbal), para a passagem do visível (interpretação) ao nomeado, adéqua ideologias em sua completude. Analisando o discurso como um operador da memória, o acontecimento destacado como objeto de pesquisa, será examinado como uma memória histórica, pois:

[...] o acontecimento, como acontecimento “memorizado” poderá entrar na história (a memória do grupo poderá perdurar e se estender além dos limites físicos do grupo social que viveu o acontecimento); mas enquanto “histórico”, ele poderá se tornar, em compensação, elemento vivo de uma memória coletiva. Esta última adquirirá então uma outra dimensão: aquela, se podemos dizer, de uma *memória societal*. (DAVALLON, 1999, p.26)

Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo analisar o funcionamento do discurso da razoabilidade democrática presente no discurso proferido pela pesquisadora Dra. Débora Diniz, realizado no dia 03/08/2018, em audiência no Supremo Tribunal Federal - STF. Débora Diniz Rodrigues é professora da Universidade de Brasília e pesquisadora da Anis - Instituto de Bioética; desenvolve pesquisas com ênfase sobre o estudo de bioética, feminismo, direitos humanos e saúde. Por ser referência nas discussões acerca da descriminalização do aborto e por ser ativista na causa, Débora Diniz defende veemente os direitos fundamentais de uma mulher ao decidir manter ou não sua gestação. Através de estudos sobre o assunto, a pesquisadora em questão expõe argumentos que apresentam estudos de evidências, a respeito

das consequências e magnitude do aborto no Brasil, ressaltando a importância da razoabilidade democrática (constituída em seu discurso) ao se falar sobre aborto, ou seja, evidências autênticas, baseadas em teses, para discutir a ADPF442. E, nesse sentido, ressalta que há um erro de pergunta ao se tratar de aborto: a pergunta levantada é inquisitorial e automaticamente nos coloca no polo binário: certo ou errado, a favor ou contra.

De acordo com a pesquisadora, o que nos deve interessar, ao discutir a magnitude do aborto no país, seriam as práticas desse ato, suas consequências e prevenções garantidas pelo Estado. Para sustentar seu posicionamento, dito baseado em argumentos concretos, Diniz cita a Pesquisa Nacional do Aborto - PNA, publicada em 2016, de sua autoria, a qual é referência nos estudos da área, apontando que uma a cada cinco mulheres de até 40 anos já fez pelo menos um aborto em sua vida.

Diante do exposto, observando as condições de aparecimento dessas memórias e partindo do pressuposto de que as mesmas são interpretações de acontecimentos que entraram para a memória simbólica, este trabalho teve como foco analisar a construção da razoabilidade democrática presente nos elementos discursivos contidos no discurso da pesquisadora em questão. Assim, olhando para as imagens produzidas, a questão principal que norteará o trabalho será: quais elementos proferidos no discurso resgatam a concepção da razoabilidade democrática, ao defender a descriminalização do aborto? Assim como, identificar os elementos interdiscursivos proferidos no discurso da pesquisadora Dra. Débora Diniz, especificando as condições de aparecimento dessas imagens no funcionamento da razoabilidade democrática presente em seu discurso, para posterior compreensão da construção dos efeitos de sentidos dos objetos que ela fala.

Portanto, para alcançar os objetivos traçados, o trabalho em questão iniciará com a transcrição da fala de quinze minutos e trinta e três segundos da pesquisadora na audiência pública do dia 03/08/2018 (disponível no site de compartilhamento de vídeos online, YouTube)<sup>4</sup>, para posterior análise. Em seguida, será feito o estudo bibliográfico na área, abordando os conceitos principais acerca da análise de discurso, assim como dos textos referentes às questões acionadas no discurso da pesquisadora. Pois, é se colocando no âmbito da cientificidade que Débora Diniz coloca a descriminalização do aborto como uma questão de saúde pública ligada a garantia de direitos individuais que deveriam ser garantidos pelo

---

<sup>4</sup> Link de acesso ao vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=3dB5SSRCO1M>

Estado, uma vez em que estamos inseridos em uma sociedade democrática com estado de direito. Dessa forma, a pesquisadora se afasta da retórica a qual visa combater focando que há um erro de partida ao se iniciar uma discussão acerca do aborto, uma vez em que o que deveria ser posto em jogo não é se somos a favor ou contra o aborto, mas sim as práticas que envolvem o mesmo. Nesse sentido, seu discurso é traçado de maneira em que o científico, a necessidade de evidências factíveis no momento da discussão, seja a retórica a ser combatida.

Em suma, o trabalho será traçado através das imagens acionadas no discurso da pesquisadora, verificando como se dá a construção dessas imagens e conseqüentemente sua funcionabilidade na construção do sujeito em seu discurso.

## **2 Fundamentação das análises**

Observar o sujeito sendo constituído sócio historicamente é trazer à tona toda a historicidade que o interpela enquanto sujeito, é observar o sujeito como constituição enunciativa, pois, sua relação com o outro o constrói socialmente enquanto sujeito. Essa transição está intimamente ligada com a relação discursiva que o sujeito carrega, constrói e desconstrói a todo o momento no ato da fala. Somos constituídos por nossos discursos, que somente são possíveis com a nossa relação com o outro e, nesse sentido, todo o discurso é interpelado por outros discursos formados e formadores de ideologias constituídas e repassadas historicamente.

Conforme cita Pedro de Souza, referenciando Foucault, o discurso pode ser concebido de duas maneiras:

[...] Materialmente, seja no plano oral ou escrito, o discurso é a fala atravessada por uma ordem simbólica, a mesma que, mediante procedimentos de exclusão e controle, converte o falante em sujeito do discurso. Formalmente, o discurso é a ordem, isto é, os preexistentes princípios de exclusão, controle e rarefação que constituem o sujeito mediante a fala ancorada no indivíduo falante. (SOUZA, 2011, p. 23-24).

O discurso por si só é a palavra em movimento, é o adentrar, através do ato de dizer, em um mundo de infinitas possibilidades simbólicas e conseqüentemente ideológicas. É o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos. (ORLANDI, 2015. p.15). E é através do discurso que o

sujeito se coloca perante o mundo, traz consigo uma bagagem infinita de conhecimentos que o interligam com seus semelhantes. Nesse sentido, é possível observar através de seu discurso todas ou pelo menos grande parte das relações com as quais o sujeito se estabelece socialmente.

Sendo o sujeito constituído historicamente pelo seu discurso, é através do mesmo que se é possível observar os seus constituintes extralinguísticos e toda a sua relação discursiva a qual é carregada pela sua carga ideológica presente em sua discursividade. A ideologia, analisada por esse viés (enquanto constituinte do sujeito o qual é interpelado constantemente pela mesma) diz respeito, segundo Orlandi, ao efeito produzido pela relação do sujeito com a língua e com a história. Não se refere necessariamente ao posicionamento específico adotado pelo indivíduo no momento de se colocar enquanto sujeito em um determinado contexto social, mas sim, se refere ao reflexo de sua construção, o sujeito é interpelado ideologicamente.

Nesse sentido, Débora Diniz apresenta um discurso interpelado pela necessidade da razoabilidade democrática ao se discutir a magnitude do aborto no Brasil, no momento em que seu ato discursivo a constituiu como defensora da descriminalização do aborto perante ao STF:

Há regras do jogo que devem ser respeitadas antes de se solucionar uma controvérsia constitucional como essa. Ainda mais se nós queremos fazer um giro de um direito amparado em evidências. Precisamos fazer a pergunta de quem produziu essas evidências, aonde elas foram disseminadas e como elas foram coletadas. Isso nós chamamos em ciência evidências confiáveis. Um estudo sobre aborto, por exemplo, que venha afirmar que 86% da população brasileira é contra ou a favor do aborto, e em resposta se dizia contra, tem um erro de partida que em geral são os erros de pesquisas de opinião sobre temas tão controversos como aborto. Imaginem qualquer um de nós fazendo a pergunta se você é contra ou a favor de uma religião, essa pergunta não seria feita porque ela não é considerada como factível para se apresentar uma resposta sobre garantia de direitos individuais. [...] Então me parece que a pergunta é porquê tão pouca razoabilidade nessa conversa. (WYLLYS, J. **Pesquisadora Débora Diniz defende a descriminalização do aborto em audiência no STF - 03/08/18**. 2018. (15m33s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3dB5SSRCOIM>>)

Com isso a ideia da razoabilidade democrática, aqui interpretada, é acionada pela construção das imagens remetidas à importância de se apresentar argumentos baseados em evidências factíveis. Isso se dá porque a pesquisadora enquanto sujeito se coloca como cientista no ato da

fala, contextualizando que para se debater a ADPF442 na suprema corte é imprescindível que se tenham pesquisadores com propriedade para falar sobre o assunto: “nós não estamos aqui para ouvir professores, mas para ouvir pesquisadores. Nós não viemos hoje aqui para ouvir aulas. Nós viemos para ouvir argumentações baseadas em teses”. Ressaltando assim, a importância de discutir a criminalização ou não do aborto através do direito amparado em evidência, ou seja, pelo viés da cientificidade.

### **3 A construção da cientificidade no discurso em questão**

A ciência, propriamente dita, se entende por toda e qualquer área do conhecimento a qual tenha como base fundamental um conhecimento adquirido através de um determinado método científico que possa vir a ser comprovado, que tenha sua propriedade atestada e certificada.

Nesse sentido, é fundamental considerar que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. (FOCAULT, 2004 P. 9). Essa concepção (do cerceamento do dizer) pode ser encontrada no discurso da pesquisadora quando ela afirma que em um debate de tamanha magnitude como a da ADPF442 não basta apenas se apresentar como cientista ou ter um título de doutorado para ser confiável em uma discussão como essa, é necessário se fazer ciência, ter propriedade no assunto e apresentar evidências baseadas em teses confiáveis. Desse modo, Diniz coloca em pauta a descriminalização do aborto como uma questão de saúde pública, contextualiza a discussão pelo viés da racionalidade colocando em dúvida toda a metodologia a priori exposta, de maneira em que a discussão seja analisada de modo racional, com base em evidências factíveis. A importância da ciência aqui apresentada se dá levado em consideração que há uma necessidade presente na discussão sobre a descriminalização do aborto. Necessidade essa que se configura em fazer ciência, ter propriedade acerca do que se deve ou não considerar no momento de tomar uma decisão de suma importância como a debatida na ADPF442. Ou seja, o sujeito necessita se colocar no âmbito da cientificidade para requisitar legitimidade ao discutir o assunto em questão porque é por meio desta que o sujeito legitima seu discurso perante a sociedade de forma geral: sabe do que está falando porque possui propriedade sobre o assunto. Propriedade essa adquirida fazendo ciência:

**SD 01**<sup>5</sup>: [...] o sistema brasileiro tem um sistema que se chama Lattes, de publicidade dos nossos currículos. Eu gostaria de ouvir cientistas que tenham publicações originais sobre essa matéria. E, eu passo a apresentar o que foi descrito e é descrito como a principal pesquisa sobre o impacto da magnitude do aborto clandestino no Brasil. Magnitude é um mapa que nos diz quem são as mulheres que abortam: qual é o seu perfil etário, qual é o seu perfil racial, regional, educacional e religioso. E algumas das consequências da clandestinidade. O estudo foi financiado pelo Ministério da Saúde, realizado [corte no áudio] em dois momentos da história do país: em 2010 e em 2016 a publicação. A pesquisa se chama *Pesquisa Nacional do Aborto*, cobriu o Brasil urbano, 83% da população; 17% das mulheres não alfabetizadas não responderam ao inquérito. E isso significa que os dados que eu passo a apresentar podem ter subnotificação, dado que as mulheres mais fragilizadas são aquelas do ambiente rural e pouco escolarizadas. A população coletada foi entre 18 e 39 anos, segunda ressalva: nós podemos ainda ter maior número de mulheres que fizeram aborto se nós ampliarmos para as adolescentes e para as mulheres no final do seu pico da sua idade reprodutiva, aos 49 anos. A coleta de dados foi feita apenas por mulheres entrevistando mulheres, nós nunca tivemos um desenho metodológico como esse. Nós cobrimos residências e usamos uma técnica chamada técnica de urna, uma urna semelhante aquela que se fazia votações eleitorais no passado, é uma urna secreta em que a mulher recebia uma cédula com cinco perguntas, cuja cédula era anônima e que havia um pareamento com questionário. Ela respondia esse questionário e depositava na urna. [...] e para quem tem dúvidas sobre a validade do estudo, ele ganha o prêmio mais importante da Organização Panamericana de Saúde, organismo do complexo organização mundial de saúde de melhor estudo em saúde das Américas em 2012. (WYLLYS, J. **Pesquisadora Débora Diniz defende a descriminalização do aborto em audiência no STF - 03/08/18.** 2018. (15m33s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3dB5SSRRCO1M>>)

Percebe-se o cuidado que a pesquisadora tem ao mencionar o caráter científico posto em seu discurso, ou seja, a validade do seu conhecimento ao falar sobre o assunto, principalmente ao se referir aos demais discursos anteriormente apresentados, salientando a importância de se ouvir sujeitos que possuam validade científica ao se pronunciar sobre o assunto. Isso ocorre no momento em que a pesquisadora se dirige especificamente à plataforma Lattes, de publicidade de estudos originais dos pesquisadores do país. Nesse sentido, Débora Diniz reforça a questão anteriormente citada: de que nem todo mundo pode falar sobre qualquer coisa em qualquer lugar, há regras que precisam ser respeitadas ao se colocar como sujeito que possui propriedade para discutir a ADPF442; não basta apenas ocupar o lugar de cientista, há que se fazer ciência (publicar estudos originais, possuir pesquisas com caráter científico válido, como as publicadas na plataforma).

Outro ponto relevante, elencado pela pesquisadora, é o que se refere à validade das teses e argumentos apresentados no ato de se fazer ciência, e para isso, enquanto cientista

---

<sup>5</sup> O *corpus* da análise foi discutido por meio de Sequências Discursivas (SD) que visam explicar acerca da contextualização das imagens acionadas no discurso da pesquisadora.

autora da pesquisa que fundamenta seu discurso (no que se refere a argumentos considerados como factíveis), Diniz contextualiza os dados estatísticos da *Pesquisa Nacional do Aborto*: uma a cada cinco mulheres, aos quarenta anos já fez pelo menos um aborto na vida. 56% delas são católicas, 25% evangélicas, é a mulher comum brasileira. É uma mulher por minuto, quinhentas e três mil mulheres, o nosso sistema prisional, quatro milhões trezentas mil mulheres entre dezoito e trinta e nove anos nesse momento no país. Abordando assim desde a metodologia utilizada para obter os dados: “a coleta de dados foi feita apenas por mulheres entrevistando mulheres, nós cobrimos residências e usamos uma técnica chamada técnica de urna”; quanto ao caráter validativo da mesma: “o estudo ganha o prêmio mais importante da Organização Panamericana de Saúde, organismo do complexo organização mundial de saúde de melhor estudo em saúde das Américas em 2012”.

No decorrer das décadas, as estatísticas conquistaram espaço dentro das ciências humanas, deixaram de ser vistas apenas como números de uma determinada questão a ser apresentada à sociedade, para se tornarem um método coeso de se fazer ciência, pois, ademais de resultados em números adquiridos através de um determinado método, as estatística passaram a englobar todo um complexo ao que se refere a metodologia de análise (de uma questão em específica), ao planejamento, coleta de dados, margem de erro, entre outros. Assim, observando os dados estatísticos, acima supracitados, como um meio eficaz de se fazer ciência é possível perceber a aproximação que a pesquisadora realiza ao relacionar a importância de embasamento estatístico com a questão da saúde pública por ela levantada. A aproximação que Diniz elabora no ato discursivo, ao inferir que por estarmos inseridos em uma sociedade regida por uma democracia liberal de direitos e que por isso é de fundamental importância que os direitos das mulheres que optam por realizarem ou não o ato de abortar sejam assegurados pelo Estado, a pesquisadora elenca uma série de questões adquiridas se fazendo ciência ao se apropriar de conhecimentos relativos ao aborto clandestino no Brasil. E é nesse ponto que suas teses ganham veracidade.

Enquanto sujeito cientista, realiza o ato de se fazer ciência e é por meio deste que comprova seu posicionamento discursivo, se afasta da retórica a qual pretende combater: o erro de partida ao se iniciar uma discussão como esta, a pergunta inquisitorial a qual as mulheres estão submetidas ao serem questionadas a respeito do ato de abortar. A maneira a qual Diniz levanta a importância de se apresentar pelo viés estatístico a obtenção das

argumentação legítima sua posição enquanto sujeito cientista: os dados comprovam sua tese, a argumentação apresentada ganha veracidade pelo percurso utilizado ao realizar a pesquisa, os dados estatísticos se constituem na funcionabilidade e no contexto do assunto em questão. E assim, a sua perspicaz sutileza ao apresentar a fundamentação dos dados obtidos se aproxima da retórica referente a veracidade científica ao se falar sobre o assunto.

### **3.1 A formulação da razoabilidade democrática na defesa da descriminalização do aborto**

Diante do exposto, pode-se observar que o funcionamento da razoabilidade democrática, presente no discurso da pesquisadora, se desenvolve a partir da presença interdiscursiva da cientificidade. Como citado anteriormente, a cientificidade se apresenta no discurso de Débora Diniz como sendo uma necessidade fundamental na discussão da ADPF442, nesse sentido a pesquisadora passa a utilizar a cientificidade como a base de sua argumentação no momento de defender a descriminalização do aborto. Dessa maneira, conceitua-se a razoabilidade democrática como sendo uma possibilidade plausível de observar a defesa da descriminalização do aborto, da forma como se é apresentada (possuindo a cientificidade como essência indiscutível a se considerar): através de algo moralmente justo.

Dessa forma, a razoabilidade democrática se apresenta nas seguintes sequências discursivas (SD):

**SD 02:** Precisamos fazer a pergunta de quem produziu essas evidências, aonde elas foram disseminadas e como elas foram coletadas. Isso nós chamamos em ciência como evidências confiáveis. Imaginem qualquer um de nós fazendo a pergunta se você é contra ou a favor de ter uma religião, essa pergunta não seria feita porque ela não é considerada como factível para se apresentar uma resposta sobre garantia de direitos individuais.

Assim, ao questionar a veracidade da produção das evidências apresentadas, Diniz coloca em jogo toda a metodologia utilizada pelos pesquisadores ao adquirirem tais informações. É necessário que todo o processo que vise buscar informações confiáveis sobre um determinado assunto seja metodologicamente pensado, desde a forma da coleta de dados até a disseminação dessas informações para que o conhecimento repassado esteja inserido no âmbito de conhecimentos úteis para a sociedade. Nesse ponto, as estatísticas mencionadas

pela pesquisadora se apresentam como relevantes porque possuem um caráter científico funcional em todo o seu processo: a coleta de dados foi realizada pensando no contexto do assunto em questão, a forma como os dados coletados foram apresentados está diretamente ligado à retórica posta em jogo pela pesquisadora, uma vez em que a mesma posiciona o percurso da pesquisa visando a garantia de direitos individuais.

**SD 03:** Por isso eu pediria: nós não estamos aqui para ouvir professores mas para ouvir pesquisadores. Nós não viemos hoje aqui para ouvir aulas. Nós viemos para ouvir argumentações baseadas em teses.

Ao se inserir no âmbito da cientificidade no ato discursivo, Débora Diniz questiona a posição dos demais integrantes do debate, elucidando que não basta apenas se colocar como cientista é preciso fazer ciência. Inserir-se no âmbito da cientificidade ao se colocar como sujeito cientista é apresentar o resultado de estudos considerados como factíveis para debater a ADPF442, e é através do processo da obtenção de dados estatístico que se pode comprovar a legitimidade das teses levantadas:

**SD 04:** uma em cada cinco mulheres, aos quarentas anos já fez pelo menos um aborto na vida. [...] Fizeram o aborto quando muito jovens, o pico etário entre vinte e vinte e quatro anos. [...] É uma mulher por minuto, quinhentas e três mil mulheres, o nosso sistema prisional, quatro milhões trezentas mil mulheres entre dezoito e trinta e nove anos neste momento no país.

Nesse sentido, a razoabilidade democrática se configura no discurso da pesquisadora através da necessidade de se apresentar argumentos baseados em teses factíveis, a questão da evidência confiável ao se propor argumentar sobre o assunto em pauta é de fundamental importância, visto em que se apresenta no âmbito da cientificidade como um meio cartesiano de se analisar a questão. Assim sendo, acompanhando seu percurso discursivo, vale ressaltar que a questão que fundamenta a ideia da razoabilidade democrática, constituída pela necessidade da cientificidade no momento de discutir a ADPF442, se desenvolve como ponto de partida de seu discurso no momento em que coloca em cena a reflexão acerca do que significa e o que deve significar ciência confiável (para decidir a ADPF442).

#### **4 Quebra da objetivação da ciência: a menção à Ingriane Barbosa**

Ademais da configuração e legitimação dos dados estatísticos supracitados, o discurso de Débora Diniz destaca outro aspecto relevante em sua construção discursiva que visa fortalecer a veracidade de seus argumentos no momento em que reitera sua posição enquanto sujeito cientista: exemplos verídicos acerca do que está sendo posto em jogo na discussão em questão. E, para isso, contextualiza a história de Ingriane Barbosa:

**SD 05:** Ela foi a mais recente que nós vimos o rosto. Ela é uma jovem mulher negra, trabalhadora doméstica do interior do Rio de Janeiro. Ela morreu com um talo de mamona no útero. É mãe de três filhos e ao que se sabe já tinha feito um aborto. Se assim foi, se essa história é verdadeira, nós perdemos como Estado uma oportunidade de prevenir o segundo aborto e certamente de ter Ingriane viva. É na rota crítica de cuidados à uma mulher que faz aborto que podemos e devemos apresentar medidas de prevenção. Investigamos se ela sofre violência, porquê o método que ela faz uso falhou, o que pode ser feito para melhor proteger a saúde. É a criminalização do aborto que matou Ingriane e deixou seus filhos órfãos. Se todas as mulheres que fizeram aborto estivessem na prisão hoje ou já tivessem passado por ela, nós teríamos um contingente de quatro milhões setecentas mil mulheres, pelo menos cinco vezes o sistema prisional, já o quarto do mundo. (WYLLYS, J. **Pesquisadora Débora Diniz defende a descriminalização do aborto em audiência no STF - 03/08/18.** 2018. (15m33s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3dB5SSRCO1M>>)

Apresentando como exemplo o acontecimento de Ingriane, é possível perceber que há uma quebra ao que estava sendo mencionado anteriormente, o discurso de Diniz passa do polo da cientificidade diretamente para a retórica da sensibilização, como um meio de demonstrar que nesse jogo discursivo onde a cientificidade deve ser primordialmente levada em consideração na tomada de decisão, há também o valor humanístico a ser considerado; colocando em cena que ademais de se fazer ciência é necessário sensibilizar o outro. Assim sendo, essa estratégia se configura como uma quebra de parâmetros discursivos, Diniz fala enquanto pesquisadora, se coloca como sujeito cientista no ato de sua função, mas também como sujeito mulher e sujeito que no seu ato discursivo não desconsidera os princípios éticos e morais ao debater um assunto de tamanha amplitude no meio social. Fala enquanto cientista, que possui propriedade sobre o assunto, mas também como humana, sensibilizando assim todos os ouvintes:

**SD 06:** [...] aí está a Ingriane e eu faço questão de pedir que lembrem, para aqueles que nunca viram o racismo como uma das causas de morte, morbidade materna, que guardem a foto de Ingriane, recolha um talo de mamona e faça um porta-retrato na sua casa. Porque a partir daí nunca mais vão esquecer [aplausos dos ouvintes] como eu não consigo esquecer a

foto de Ingriane.

Nesse sentido, o discurso de Diniz reforça sua argumentação no que diz respeito a necessidade de argumentos e teses confiáveis, uma vez em que expõe um relato de alcance público da sociedade em geral, o qual tomou uma proporção considerada pelas circunstâncias envolvendo o acontecimento. É um exemplo real e recente (de um aborto clandestino mal sucedido), em que traz consigo um leque de aspectos que caracterizam tais acontecimentos, ao mesmo tempo em que reforça as estatísticas que embasam tal exemplo (novamente, a presença da cientificidade): a abstração dos números escondem que apesar do aborto ser um evento comum na vida das mulheres, há uma distribuição desigual do risco com a maior concentração entre as mulheres mais jovens, mais pobres, norte, nortistas e nordestinas, negras e indígenas. Assim, contextualizando o acontecimento utilizado como um mecanismo para sensibilizar os demais, a pesquisadora o remete a outras questões que fortalecem seu posicionamento assumido, tais como a questão do racismo como um fator crucial do desamparo constitucional, por ela levantado: “não são as mulheres dessa sala de audiência as que correm o risco de morte ou de prisão. Nem as mulheres dos homens bem intencionados que vieram aqui falar em nome da vida ou em nome da dignidade da mulher”.

Inferindo, assim, que o racismo é um mecanismo presente na criminalização do aborto e, para isso, Diniz recorre novamente a dados certificados, relatando que quanto maior a escolaridade da mulher menor a taxa de abortos, que é uma indicativa de como renda e informação são instrumentos eficientes para prevenir o aborto e a gravidade de suas consequências na clandestinidade. O discurso da pesquisadora aponta, ainda, que metade das mulheres que fizeram aborto o fizeram pelo uso de medicamentos, os quais pela Pesquisa Nacional do Aborto não se pode dizer com certeza quais medicamentos foram esses, mas reforça que estudos anteriores apontam que o *misoprostol*<sup>6</sup> é um dos mais utilizados. E com isso, reforça que no total de mulheres que fizeram aborto, metade delas precisou ficar internada e que anualmente são algo em torno (em dados do SUS) de duzentas e cinquenta mil mulheres.

---

<sup>6</sup> O Misoprostol (substância ativa) é um análogo sintético da prostaglandina E1. Diferencia-se estruturalmente desta, de ocorrência natural, devido à presença do metil-éster em C-1, do grupo metil em C-16, em vez de C-15. O metil-éster em C-1 é responsável pelo aumento da potência antissecretória e duração de ação do Misoprostol (substância ativa). Está indicado nos casos em que seja necessária a interrupção da gravidez, em gestações a termo ou próximas ao termo; na indução de parto com feto morto antes das 30 semanas, e em caso de aborto legal.

A menção à Ingriane Barbosa se dá como uma tentativa de humanização do discurso, o discurso de Diniz recorre ao acontecimento como uma maneira de sensibilizar os ouvintes colocando em cena uma vítima da criminalização do aborto como uma referência a tudo o que havia sido posto em jogo anteriormente. Remete o discurso à necessidade de se olhar aos efeitos do que busca combater, sem deixar de lado a cientificidade que está presente na humanização desse discurso.

## 5 Considerações finais

Diante do exposto, conclui-se que ao se inserir no âmbito da cientificidade como sujeito cientista, a construção do discurso da razoabilidade democrática se desenvolve evidenciando a necessidade da apropriação de argumentos baseados em teses verídicas para se situar em uma discussão de tamanha magnitude como a da descriminalização do aborto.

Em suma, levando em consideração que não há língua sem ideologia e que todo sujeito se constitui através da linguagem, no discurso proferido pela pesquisadora Débora Diniz é possível observar a questão da razoabilidade democrática presente em sua fala através de todos os elementos que inferem a cientificidade como questão central de seu posicionamento. Tendo em vista que todo discurso é interpelado por ideologias e que o sujeito por si só se constitui por e a partir dessas interpelações, nesse sentido a pesquisadora, se colocando enquanto sujeito cientista, enfatiza a importância de se fazer ciência confiável ao discutir questões de tamanha magnitude como a da descriminalização do aborto.

Assim, a importância da cientificidade se configura como um mecanismo de persuasão, se coloca como a retórica a ser combatida, deixando de lado o ponto inicial posto em cena pela pesquisadora: o erro de partida ao iniciar uma discussão como esta. Dessa forma, a pesquisadora apresenta dados estatístico para confirmar sua posição discursiva no momento em que evidencia a *Pesquisa Nacional do Aborto* como principal fonte de informação acerca do que quer combater: diz o que diz porque possui propriedade acerca do assunto e no momento em que discorre sobre isso afirma seu cerceamento acerca da razoabilidade que se quer democrática como uma possibilidade de colocar em jogo a veracidade de suas teses.

O discurso aqui analisado é constituído a partir da necessidade de se apresentar

evidências verídicas, argumentações condizentes com a realidade do fato. A ênfase no que significa ciência confiável, a busca por romper discursivamente o binarismo presente no ponto de partida da questão e a questão da garantia de direitos individuais, são os principais elementos que constituem a concepção da razoabilidade democrática.

Por fim, temos que todo fato ganha status de verdade porque se estabiliza perante a sociedade como algo verídico, mas nem sempre essa verdade estabelecida é legítima. Ao aprofundar a questão da descriminalização do aborto é possível observar o discurso constituído pela razoabilidade que se quer democrática, como um novo viés a ser instaurado pela sua amplitude diante a discussão, se coloca como uma retórica legítima a ser observada, pois carrega consigo um leque de embasamento verídicos constituído pela sua amplitude acerca do assunto: é verídico porque é comprovado cientificamente e as estatística apresentadas, pela forma como se configuram, confirmam essa afirmação.

## Referências

ACHARD, P.; DAVALLON, J.; DURAND, J. L.; PÊCHEUX, M. ORLANDI, E. P. *Papel da Memória*. Tradução e Introdução José Horta Nunes; Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 Distrito Federal**. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/AudnciaPblicaADPF442.pdf>>

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral**. O aparelho formal da enunciação. Campinas: Pontes, 1999, v.2.

\_\_\_\_\_. **Bula do Misoprostol**: consulta remédios. Disponível em:

<<https://consultaremedios.com.br/misoprostol/bula>>

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo and MADEIRO, Alberto. **Pesquisa Nacional de Aborto 2016**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2017, vol.22, n.2, pp.653-660. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016>.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

SOUZA, Pedro. **Análise de Discurso**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

WYLLYS, J. **Pesquisadora Débora Diniz defende a descriminalização do aborto em audiência no STF - 03/08/18**. 2018. (15m33s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3dB5SSRCO1M>>

**RESUMEN:** Esta investigación tiene como objetivo analizar la operación del discurso de la razonabilidad democrática presente en el discurso de la investigadora Dra. Débora Diniz, realizado en El día três de agosto de dos mil dieciocho, en una audiencia en Supremo Tribunal Federal - STF. Este trabajo considera que el discurso es la palabra en movimiento, es el entrar, a través del acto de decir, en un mundo con muchas posibilidades simbólicas y consecuentemente ideológicas, es el lugar que se observa esa relación de lengua e ideología. Para el análisis de discurso lo que importa comprender es como la lengua produce sentidos por/para y como a través del discurso el sujeto se sitúa socialmente. Teniendo esto en cuenta analizamos las condiciones de aparición de las imágenes activadas en el discurso de la investigadora, observando como se da la construcción de la observando razonabilidad que si quer democrática presente en los elementos discursivos contenidos en el discurso en cuestión. Llevando en consideració que El sujeto es interpelado pelo discurso, Débora Diniz se coloca como cientista em El acto de habla, así que los resultados apuntan para la cientificidad como una manera democrática al discutirse la ADPF442, una vez en que no es suficiente ocupar espacio de cientista en el debate, hay que hacer ciencia. Y haciendo ciência, poniéndose como sujeto cientista en el debate que las tesis y argumentos presentados ganan veracidad, construyendo así la idea de la razonabilidad democrática.

**PALABRAS CLAVE:** ADPF442; razonabilidad democrática; despenalización del aborto; discurso; cientificidad.

